



# ENUNCIADOS

Projeto



## Enunciados unitários no campo da esquerda-centro-esquerda selecionados segundo os objetivos do projeto

*Por Tarso Genro- Coordenador R&D*

Depois de examinarmos os principais tópicos abordados pelas personalidades políticas ouvidas no projeto "República e Democracia" foram identificados os **cruzamentos dos consensos**, que referiam aos objetivos do projeto. Estes objetivos - desde a concepção do Projeto - foram:

1. a busca de unidade na luta para bloquear o autoritarismo tendencialmente fascista do bolsonarismo, desprezando divergências que não sejam importantes para o momento político;
2. pontos comuns imediatos para unificar a contraposição ao genocídio, proveniente do negacionismo e da incompetência programada;
3. identificação de políticas de Estado de proteção social à população mais vulnerável, bem como a organização de atos de solidariedade da sociedade civil, para promover ações de combate à fome, à exclusão e à miséria absoluta, que aumentou dramaticamente no país;

4. compor, a partir de uma de uma Mesa Política Central de Partidos que gradativamente deve ser ampliada consensualmente com personalidades políticas nacionais - uma agenda de lutas partidárias em conjunto com os movimentos sociais, sindicatos, intelectuais e organizações defesa de direitos, em defesa da democracia e do Estado Social de Direito;

Passamos a arrolar, na forma de **Enunciados**, as visões que podemos apontar como inequivocamente unitárias no campo da esquerda-centro-esquerda, deixando de lado questões que poderiam ser polêmicas, ou seja pontos que são capazes de unificar as forças políticas presentes no diálogo "República e Democracia", para nos unir imediatamente - por fora dos debates eleitorais que todos os partidos estão realizando - no imediato da luta antifascista no ano em curso, que já apontam algumas perspectivas unitárias também de médio prazo:

Enunciados extraídos da literalidade e do sentido das entrevistas dos líderes nacionais, que indicam uma rede de afinidades que desmentem a existência de divergências intransponíveis para o enfrentamento unitário com a extrema-direita que governa o país, para bloquear e retirar o "bolsonarismo" do poder.

## ENUNCIADO NÚMERO 1

É preciso gestar para o futuro, mas desde logo por vias heterodoxas - pela voz pública dos nossos líderes democráticos - uma política externa de cooperação estratégica, interdependente com soberania, articulada com todas as fontes de poder econômico, político e cultural, que emergiram nos últimos 30 anos dentro da ordem mundial, política que deve abranger os seguintes pontos de apoio, para favorecer uma política interna, tanto de reconstrução material e ética da nação, como de afirmação de um Estado Social renovado: cooperação financeira para o alongamento e

barateamento dos custos da dívida pública; cooperação, no plano ambiental, para integrar de forma definitiva, no projeto de desenvolvimento econômico a sustentabilidade eco-ambiental e a nossa plena soberania sobre a Amazônia; cooperação político-militar para a defesa de protocolos de uma paz mundial sustentável; retomada da cooperação econômica e política sul-sul e defesa da integração política e econômica da América Latina, baseada na solidariedade, no respeito à diferença e nos valores integrais da democracia política.



## ENUNCIADO NÚMERO 2

A defesa da vida e a mitigação da miséria: a defesa de ações estratégicas de combate à Pandemia são incindíveis da luta contra o fascismo, programador do genocídio e também incindíveis da permanente denúncia política contra Bolsonaro - em níveis externos e internos; promover a retomada do diálogo político republicano e democrático, que só poderá ser expandido de

forma civilizada com a derrota do populismo fascista em curso, que obstruiu o republicanismo e aposta no golpe de Estado contra as instituições formais da República democrática, seja pela tentativa de acumpliciar-se com setores de extrema direita das FFAA, seja pelo enfrentamento com elas, com base num poder armado miliciano, já em evidência.

## ENUNCIADO NÚMERO 3

O início de uma economia de transição do atual modelo liberal-rentista para um processo de desenvolvimento que nos permita distribuir renda e reorganizar as políticas públicas de inclusão social, promover o combate à fome e atacar a miséria absoluta, exige a retomada progressiva dos aumentos reais do salário mínimo, com reflexos nas aposentadorias mais baixas; exige a retomada da valorização do bolsa-família e a indução - pelo Estado - de um conjunto de obras públicas e obras privadas de interesse público, com empréstimos e financiamentos de juros subsidiados postura de Estado que exige - ainda - um vasto programa de compras públicas de alimentos, para retomar os estoques reguladores, ampliar e melhorar a qualidade da merenda escolar e estimular a agroindústria vinculada à agricultura familiar e às cooperativas de produção;

Os impostos emergenciais e impostos sobre as grandes fortunas, imposto sobre patrimônio com alíquota moderada, entre 0,5 e 1%, um novo tributo sobre lucros e dividendos e uma alíquota progressiva sobre o Imposto de Renda, o aumento de impostos sobre rendas do capital e sobre heranças dos excessivamente ricos e redução de um percentual mínimo de 30% nos incentivos fiscais, são medidas que poderão formar, num futuro próximo, as condições mínimas de igualdade para sustentarem a civilidade democrática e a solidariedade social que criam um grande país; a observação do pacto federativa com o olhar democrático da Constituição de 88, colocará - na nossa ótica - os Municípios e os Estados como sujeitos fundamentais das políticas públicas de desenvolvimento; medidas estruturais que incluem reforma bancária coma criação de um novo sistema de crédito no país, acesso à terra urbana e radicalização da integração do Brasil no Mercosul;

## ENUNCIADO NÚMERO 4

O combate ao racismo estrutural, à intolerância religiosa, às políticas de ódio, de violência contra a mulher, não só não se opõem, mas devem combinar-se com uma ampla política de respeito e diálogo com todas as religiões e confissões religiosas que não fazem da fé um instrumento de acumulação de riqueza, contrariamente às opções religiosas movidas pelo fundamentalismo ideológico e pela crescente despersonalização dos indivíduos; a laicidade do Estado é um elemento básico da concepção de República que nos une; o surgimento de um novo mundo do trabalho e das novas tecnologias info-digitais estão reorganizando os processos de produção, serviços e difusão

da informação nas grandes regiões metropolitanas, constituindo novas formas de uso comum dos espaços públicos - demandando uma utilização mais racional e democrática daquelas novas tecnologias, bem como a recriação das instituições de proteção aos trabalhadores, com novos sistemas protetivos para os trabalhadores não vinculados ao regime da CLT, combinados com a manutenção da proteção aos trabalhadores tradicionais, o que deve ser pensado através de medidas de curto, médio e longo prazo, que irão informar um novo modo de vida e um novo modo de organização dos sindicatos e das novas associações de defesa dos interesses do mundo do trabalho.





# REPÚBLICA E DEMOCRACIA

O futuro não espera